

# Quando parar é ir para a frente

Ciclo de greves entre 1978 e 1992 foi fundamental para a democratização brasileira

Carlos Haag

‘**P**ois quem toca o trem pra frente/ também de repente/ pode o trem parar”, escreveu Chico Buarque em *Linha de montagem* (1980), uma homenagem do compositor ao ciclo de greves iniciado em 1978 na principal área industrial do país, o ABC paulista, após um intervalo de uma década sem nenhuma paralisação. Uma vez iniciado o movimento, seguiu-se uma onda de 20 anos de greves, um ciclo cujo pico, entre 1985 e 1992, fez com que o Brasil apresentasse um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais. O trem parou mesmo de repente: se em 1977 não há registros de greves, no ano seguinte seriam 118 e nos próximos 10 anos mais de 2 mil. Para os economistas, a locomotiva breou em função de mudanças tecnológicas, PIB, índices de salários e desemprego. Já os sociólogos viam no maquinista um proletário que queria tirar o país dos “trilhos” em que ele estava e, mais do que salário, desejava mudanças estruturais e ideológicas.

“A análise das estatísticas das greves mostra que nenhum dos dois dá conta do fenômeno. O ciclo brasileiro de paralisações comportou-se de forma claramente vinculada às características e ao processo de transição política brasileira para a democracia”, explica o cientista político Eduardo Noronha, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do projeto *Arquivos das greves no Brasil: análises qualitativas e quantitativas da década de 1970 à de 2000*, feito

Assembleia de funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na praça da Sé, em 1975



CIÊNCIA POLÍTICA

em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e apoiado pela FAPESP, que gerou um banco de dados completo das paralisações, das reivindicações feitas até o resultado final dos conflitos trabalhistas. Além disso, foram feitas 50 entrevistas com líderes sindicais desde os anos 1960 e que irão gerar três volumes a serem lançados em 2013. “Deu-se pouca atenção à relação entre greves e processos políticos, sobrevalorizando as variáveis econômicas ou tratando as políticas de forma genérica, seja mostrando as greves como expressão de conflitos de classe ou político-partidários”, observa. Segundo ele, a variação do volume de greves não se deve a mudanças menores nos indicadores de emprego, renda ou inflação, ou, no campo da política, às oportunidades de ampliação de demandas nos anos eleitorais. “Isso tudo influencia a explosão de paralisações, mas não basta para explicar os momentos de rupturas de um ciclo de greves”, diz.

**P**ara Noronha, as greves fazem parte da trajetória brasileira de democratização, de amadurecimento da sociedade brasileira. “Aqui, as greves não eram só no espírito do ‘abaixo a ditadura’, mas queriam democracia nos lugares de trabalho. Claro que a luta por salários melhores era a grande motivação, mas havia também uma luta pela redução da falta de cidadania dentro das fábricas, onde operários eram desrespeitados. A ditadura também estava nos lugares de trabalho.” Há registros de reivindicações grevistas que pediam a liberdade de ir ao banheiro sem consultar o capataz, entre outros direitos básicos. “As greves, claro, tinham uma dimensão política, mas não partidária. Os trabalhadores queriam um novo *status* na sociedade brasileira.” A democratização nacional, após um longo período de autoritarismo, instabilidade econômica e superação do modelo desenvolvimentista, é, nota o pesquisador, a chave para entender a onda excepcional de greves. Afinal, desde o início do século XX até o final da democracia populista, os sindicatos brasileiros não foram capazes de promover um ciclo de greves com impacto econômico.

Em suas pesquisas, Noronha observou a presença de “marcos políticos e econômicos dos governos federais”, de Geisel a Lula, que mudavam a tendência da opinião pública independentemente das variáveis econômicas tradicionalmente valorizadas na análise dos ciclos grevistas, como emprego e inflação. Os dados mais relevantes para o entendimento do ciclo de greves brasileiro são até certo ponto inéditos, pois resultaram de expectativas coletivas associadas aos marcos das gestões governamentais e, secundariamente, às conjunturas políticas e econômicas de cada ano. “O final da década de 1970 é uma ruptura da



Greve dos metalúrgicos de São Paulo (SP) em 1979

história das relações de trabalho no Brasil. Nada menos provável do que a greve da Scania em 1978 e, no entanto, foi a mais importante delas, por mostrar que as greves eram possíveis e por despertar a opinião pública”, diz.

O pesquisador lembra que transições políticas são momentos ideais para ações coletivas pelo crescimento do interesse da sociedade em geral em participar de manifestações públicas. Havia, então, uma insatisfação geral com o governo militar e a mídia comprou o discurso da democracia, incluindo a greve como um instrumento legítimo da sociedade rumo à democratização. “Isso fez com que os marcos de alteração do comportamento grevista no país fossem simultâneos às alterações políticas e institucionais da transição, sendo os principais momentos de ruptura os de 1978, quando os metalúrgicos do ABC forçaram a sua incorporação ao projeto de ‘abertura’ dos governos Geisel e Figueiredo, e 1985, ano da posse do primeiro governo civil do pós-64.” Assim, fatos políticos abalaram ou incentivaram o movimento sindical.

“Pode-se observar isso na redução das greves entre 1980 e 1982, explicável não apenas pelo aumento do desemprego, mas também pelo atentado do Riocentro, que mostrou as rupturas entre

## O PROJETO

Arquivos das greves no Brasil nº 2008/03561-5

**MODALIDADE**  
Auxílio Regular a Projeto de Pesquisa

**COORDENADOR**  
Eduardo Noronha – UFSCar

**INVESTIMENTO**  
R\$ 163.145,89 (FAPESP)

## Segundo pesquisador, sindicatos recuaram em momentos de crise política para evitar confrontos

os militares com o programa de liberalização política. Os sindicatos, então, recuaram, pois entenderam que o momento não era favorável para greves e trocaram o ativismo para a organização interna, que levou à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983”, conta Noronha. Outro exemplo, segundo o autor, ocorreu com a queda dos indicadores de greve a partir de maio de 1992, quando surgem as denúncias de corrupção do governo Collor, até o fim do ano, com a queda do presidente. “Isso parece confirmar a sensibilidade dos sindicatos em face de uma nova instabilidade política e reforça a hipótese de que as variáveis políticas são essenciais para se entender uma greve.”

Outro marco importante foram as eleições estaduais em 1982. Após um longo período sem diálogo com o Estado, os sindicatos não pouparam os novos governadores oposicionistas eleitos, cobrando-os com greves. “A partir desse contexto em que os riscos da greve haviam diminuído e as oportunidades de ganho aumentado, as paralisações não se concentraram mais no setor privado, mas, em especial, cresceram entre os servidores públicos.” As greves, então, dominam o cenário nacional, já que a tendência dos governos estaduais em consolidar sua legitimidade como lideranças democráticas refletiu-se no nível federal:

Lula discursa na assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos em 1980

a disposição à negociação dos governadores era um contraponto à prática repressiva do governo federal. Alguns segmentos do governo, diante das derrotas eleitorais, passaram a se aproximar dos sindicalistas com propostas de reformas da CLT.

O governo Sarney, em 1985, legitimou as lideranças sindicais como interlocutores válidos para o Estado e as greves ajudaram a consolidar um novo padrão de relações entre empregados e empregadores com a disseminação das negociações. Mas as greves brasileiras eram movidas por componentes que fugiam ao senso comum. “Os salários, em todo o mundo, são a pauta principal das greves e aqui não foi diferente. No caso brasileiro, porém, as greves aumentam não quando os salários caem, mas quando podem subir. Ou seja, as greves são deflagradas quando os trabalhadores acreditam que seja possível obter ganhos salariais, não importando o quanto os salários são percebidos como baixos ou adequados”, explica. Assim, entre 1988 e 1991, apesar de o rendimento real não ter caído, as greves crescem nos dois setores que, somados, ultrapassaram a marca de 2 mil greves e cerca de 185 milhões de jornadas não trabalhadas.

Apesar disso, segundo Noronha, foram raras as paralisações que apresentaram demandas políticas, embora a evolução do nível e do padrão de

### CICLO DE GREVES E TRANSIÇÃO POLÍTICA

Média anual de greves por períodos político-econômicos

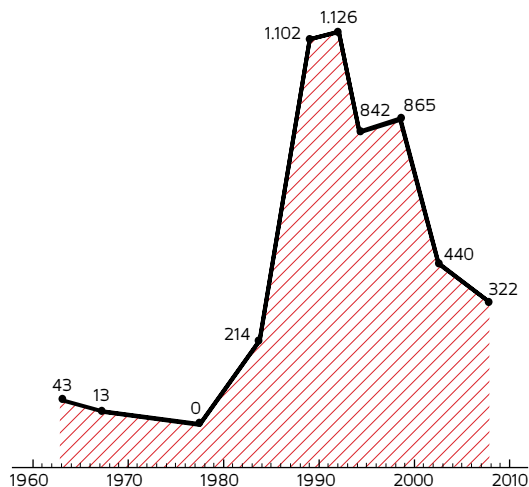


FOTO: CLOVIS CRANCHIAJE

FONTE: PROJETO ARQUIVO DAS GREVES NO BRASIL





conflitos estar claramente marcada pelos principais momentos políticos da década de 1980, o que lhes dá outra dimensão além da corporativa. “A flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira. Primeiro, porque o movimento sindical avançou (e soube recuar) a cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário. Depois, porque a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição se deu por meio das possibilidades abertas para a expressão de suas demandas, e não pela sua participação nos pactos políticos que definiram a transição. Se a greve não foi o único canal de manifestação desses segmentos, foi a forma mais eficaz de expressão de descontentamento social e político”, avalia. À medida que a classe trabalhadora se tornou capaz de ganhar força sobre os empresários, pegos de surpresa nas primeiras greves, o conflito de interesses entre capital e trabalho cresceu cada vez mais na arena política e menos na industrial.

“A eclosão de greves é determinada pela percepção da injustiça associada ao entendimento de que o momento é oportuno para obtenção de ganhos. Houve momentos, por exemplo, em que lideranças tentaram pressionar os trabalhadores à greve sem ressonância e outros em que ocorreu o oposto.” No Brasil, a dispersão sindical e a baixa capacidade das centrais sindicais de coordenar as negociações levam a que a lógica dos sindicatos isolados seja aproveitar os momentos favoráveis de ganho e retrair-se quando as reduções salariais pareçam ser dificilmente reversíveis. “O fim do grande ciclo se liga aos indicadores econômicos mais recentes, desfavoráveis às greves (inflação sob controle e desemprego em alta), à

adesão parcial à ortodoxia liberal e à superação do modelo desenvolvimentista no governo FHC. E também a mudança da percepção pública sobre a pertinência e eficácia das ações coletivas após a democracia brasileira atingir a sua maturidade”, fala Noronha. Hoje, segundo o pesquisador, é provável que novos ciclos ocorram, mas as greves no Brasil entraram na “normalidade”.

“As novas condições dos anos 1990 e o avanço das instituições democráticas vão tirar a greve do centro das estratégias dos sindicatos. Atualmente, elas só ocorrem quando os mecanismos de negociação não funcionam, como no setor público, onde há paralisações violentas e longas”, analisa o economista Claudio Dedecca, professor da Universidade Estadual de Campinas, e coordenador do projeto *Brasil século XXI, população, trabalho e sociedade*. “Não temos mais uma cultura de con-

Metalúrgicos de São Bernardo presos são soltos após o fim da greve da categoria, em março de 1979

#### JORNADAS NÃO TRABALHADAS POR PERÍODOS POLÍTICOS

MÉDIA ANUAL	PRIVADO	PÚBLICO	TOTAL
1978-1982 – Início do ciclo e da transição	3.325.400	5.184.216	9.731.400
1985-1989 – Transição Sarney	17.155.167	76.054.028	93.209.195
1990-1992 – Collor ao <i>impeachment</i>	14.897.962	53.787.577	68.685.539
1993-1994 – Itamar	7.000.853	36.465.640	43.466.493
1995-1998 – FHC 1ª (Plano Real)	3.232.128	12.003.755	15.235.883
1999-2002 – FHC 2ª	1.071.971	13.339.569	14.411.540
2003-2007 – Lula	3.299.701	27.722.566	31.022.267
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>7.776.297</b>	<b>36.562.189</b>	<b>44.338.486</b>

FONTE: PROJETO ARQUIVO DAS GREVES NO BRASIL

flito no mundo do trabalho. A greve dos policiais na Bahia mostrou isso ao não se nacionalizar como era o objetivo dos grevistas”, diz. Para o pesquisador, a greve no Brasil sempre foi complexa. “É possível vivermos numa situação com grande número de empregos e não haver greve, porque as instituições estão funcionando em prol do trabalhador.” O economista lembra ainda que os grandes setores sempre balizaram as greves no passado e como a paralisação deixou de ser uma estratégia, os setores menos organizados têm ainda menos estímulo para parar.

“O que faz ainda o Brasil parar é um crescimento nacional que não seja redistribuído corretamente. Logo, a greve só acontece quando os canais de comunicação são limitados e não há diálogo entre as partes”, nota. O aprendizado do diálogo, aliás, foi fundamental para a criação da cultura democrática nacional. “A greve acabou se transformando num elemento de democratização e foram as paralisações que alimentaram a transição política e vice-versa. O Brasil mobilizado nas ruas, nas Diretas ou mais tarde no *impeachment* de Collor nasceu com as greves do ABC. As greves foram uma escola de como mobilizar as massas, bem como introduziram os trabalhadores e suas lideranças no cenário político nacional”, nota Noronha.

Essa novidade política, porém, não foi acompanhada diretamente pela renovação dos mecanismos de negociação. “A partir da redemocratização, as relações trabalhistas passaram a se caracterizar

pelo descompasso entre as instituições trabalhistas e legislativas, ainda arcaicas, e a modernização econômica e social do país. Há setores que fogem a essa regra, como o metalúrgico e o siderúrgico, de sindicatos fortes, que obrigaram as empresas a

modernizar a sua gestão de RH se antecipando às necessidades dos trabalhadores. Mas são exceções”, nota o economista Hélio Zylbersztajn, professor da USP e presidente do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho. “O setor público está muito longe dessa realidade, ainda imperando um modelo de greves longas graças a um sistema de negociação que favorece o impasse. Como o setor não mexe no capital e não impõe custos diretos às duas partes, mas

se volta para o público, há pouco interesse em estabelecer mecanismos mais modernos de negociação ou arbitragem.” Segundo Hélio, o país negligenciou a importância estratégica da gestão das relações de trabalho, preferindo o litígio na Justiça.

“Há pouco espaço para a negociação prévia e o resultado são as crises como as greves recentes de serviços essenciais, cuja legislação é sempre adiada pelo Congresso. Mas não há interesse nessa regulamentação no setor público em qualquer instância. Afinal, a Justiça do Trabalho não pode obrigar prefeitos e governadores a sentar a uma mesa de negociação com grevistas e arbitrar, como ocorre no setor privado”, diz o cientista político Armando Boito, da Unicamp, coordenador da pesquisa *Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais*. Para o pesquisador, esse movimento é essencial, pois, assegura, o sindicalismo não está em crise, como se apregou nos anos 1990, mas ativo e grevista. “Em 2003, de todos os acordos fechados, apenas 18% deles resultaram em aumentos superiores à inflação. Em 2009 esse número cresceu para quase 90% em função do aumento de greves com resultados. “São greves amplas, com presença massiva de grevistas, por vezes entre 170 mil e 200 mil, com passeatas por São Paulo. Houve mesmo ocupação de fábricas, um recurso extremo”, avisa. Para Boito, isso ocorre a despeito da estrutura sindical deficiente do país, ligada ao Estado e que vem provocando uma pulverização dos sindicatos em suas bases. “Há um pluralismo na cúpula e unicidade na base. Os líderes sindicais têm grande dependência do Estado e uma relação frouxa com os trabalhadores, com um caráter ainda populista. Há muita greve forçada.” Na contramão de quem acha que o trem não para mais, Boito adverte que o maquinista ainda tem o freio na mão. Mas é preciso, rapidamente, modernizar a locomotiva. ■

## Especialistas avisam que país tem mecanismos de negociação pouco eficientes

Metalúrgicos da Volkswagen do Brasil durante greve no ABC paulista em 1978

